



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 56/XIII/2.ª SL

Aos vinte e três dias do mês de novembro de 2016, pelas 15:30 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 54 e 55/XIII/2ª;
2. Distribuição de iniciativas
 - Projeto de lei n.º 340/XIII/2ª/PCP – Altera o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR);
 - Proposta de Resolução n.º 24/XIII/2ª – aprova o Protocolo ao Tratado do Atlântico Norte sobre a adesão do Montenegro, assinado em Bruxelas em 19 de maio de 2016.
3. Informações;
4. Outros assuntos.

Aberta a reunião, pelo Presidente da Comissão, Senhor Deputado Marco António Costa (PSD), foram apreciadas e submetidas a votação as atas n.º 54 e 55/XII/2ª, tendo sido aprovadas por unanimidade.

Seguidamente, o Projeto de Lei n.º 340/XIII/2ª/PCP – Altera o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) - foi distribuído à Senhora Deputada Idália Serrão (PS) para elaboração de parecer.

Foi deliberado por unanimidade dar contributo para a apreciação da Proposta de Resolução n.º 24/XIII/2ª – Aprova o Protocolo ao Tratado do Atlântico Norte sobre a adesão do Montenegro, assinado em Bruxelas em 19 de maio de 2016 –, que havia baixado à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e, por conexão, à Comissão de Defesa Nacional, tendo sido distribuída ao Senhor Deputado João Soares (PS) para elaboração de parecer.

O Senhor Presidente informou a Comissão que:

Aprovada na reunião de 13/12/2016

A reunião seguinte do Conselho Superior de Defesa Nacional se realizaria no Porto, no Quartel de Santo Ovídio, no dia 6 de dezembro às 15.30;

O Curso de Defesa Nacional de Espanha tinha solicitado uma reunião com a Comissão no dia 10 de dezembro. Como a data, única de que dispunham, coincide com a Sessão Solene de Boas-Vindas ao Rei de Espanha, que condicionará a atividade do Parlamento, foi-lhes sugerido que assistissem à sessão solene, o que aceitaram;

Teve lugar no dia 22 de novembro um almoço de trabalho da Mesa da Comissão com os adidos militares das embaixadas dos países da CPLP com o objetivo de começar a preparar a Conferência sobre a cooperação técnico-militar, que terá lugar em fevereiro de 2017 e que o Senhor Vice-Presidente Miranda Calha coordenará;

A marcação da reunião conjunta da CDN, CNECP e CAE com os Ministros da Defesa e dos Negócios Estrangeiros sobre o Plano de Implementação da Estratégia de Defesa da Europa tem sido dificultada por razões de agenda de ambos os ministros, mas que continuaria a tentar que a audição se concretizasse até ao dia 15 de dezembro.

O Senhor Deputado Bruno Vitorino (PSD) referiu-se à Sessão Anual da Assembleia Parlamentar da NATO, que teve lugar em Istambul, dando conta do que de essencial tratou e informando que a Delegação da Assembleia da República passou a ser presidida pelo Senhor Deputado Carlos Costa Neves (PSD) e que outros membros assumiram funções em comissões e subcomissões da organização [Senhor Deputado Miranda Calha (PS) eleito Relator Geral da Comissão Política; Senhor Deputado Bruno Vitorino (PSD) reeleito Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia; Senhora Deputada Lara Martinho (PS) eleita Vice-Presidente da Subcomissão para o Futuro das Capacidades de Segurança; Senhor Deputado Vitalino Canas (PS) reeleito Presidente da Comissão para a Dimensão Civil da Segurança; Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) eleito Vice Presidente da Comissão de Defesa e Segurança].

De seguida, o Senhor Presidente recordou que estava pendente para deliberação o assunto referente ao convite que a Comissão de Defesa do Parlamento da Turquia endereçou à Comissão de Defesa Nacional.

Seguiu-se um debate sobre o assunto, em que intervieram os Senhores Deputados Miranda Calha (PS) - recordou o enquadramento do convite, formulado verbalmente durante a Conferência *A Cimeira da NATO em Varsóvia e o Novo Ambiente de Segurança Internacional*, organizada pela CDN em 23 de junho de 2016, ainda antes da questão do golpe de Estado, e que passou também por uma conversa com a Embaixadora da Turquia, surgindo depois pelas

Aprovada na reunião de 13/12/2016

vias oficiais, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo como origem a Comissão de Defesa Nacional da Grande Assembleia Nacional da Turquia; recordou as intervenções dos responsáveis turcos sobre a situação interna na Sessão Anual da Assembleia Parlamentar da NATO, que teve lugar em Istambul, bem como os contactos efetuados com elementos afetos ao regime e à oposição, por um lado, o facto de a Turquia ser um aliado de Portugal na NATO e da instabilidade da situação que se vive a nível internacional, por outro, para defender que a CDN aceitasse o convite, realçando que a delegação ganharia se fosse composta por elementos de todos os Grupos Parlamentares para falarem com quem quiserem e poderem tirar as suas próprias conclusões -; Jorge Machado (PCP) – que defendeu não ser o momento adequado para visitar a Turquia, lembrando a crise dos refugiados, a responsabilidade por massacres e bombardeamentos na guerra da Síria, os problemas internos, a limitação ao exercício dos direitos democráticos, os inúmeros detidos, incluindo advogados e juizes, e a violação sistemática dos Direitos Humanos, concluindo que seria uma vergonha a Assembleia da República associar-se ao momento que se vive na Turquia -; João Vasconcelos (BE) – que declarou não concordar com a visita, atendendo a que não se pode legitimar um regime que não respeita os princípios básicos da democracia, sendo de particular gravidade o que se passa na Turquia, recordou as violações de Direitos Humanos, a prisão de milhares de opositores e a posição dúbia no combate ao Daesh -; Pedro Roque (PSD) – que expressou perplexidade sobre as opiniões dos que se esquecem que a Turquia não é um Estado-pária, é, pelo contrário, parceiro de Portugal na NATO, pelo que, tratando-se de um convite do Parlamento Turco, deve ser aceite, sugerindo também que o Senhor Deputado Carlos Costa Neves (PSD) faça parte da delegação, uma vez que é o Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Turquia -; José Miguel Medeiros (PS) - que considerou que a aceitação do convite não representaria um “branqueamento” da situação na Turquia, onde existem violações dos Direitos Humanos, mas chamou a atenção para a conjuntura internacional e para o facto de não se poder isolar a Turquia neste contexto e deixá-la sem interlocutor -; João Soares (PS) - que declarou concordar com a análise de que na Turquia está a ter lugar uma deriva autocrática, fundamentalista e de cariz religioso, mas que também concorda com a posição de que deve ser aceite o convite, pelas razões invocadas anteriormente -; João Rebelo (CDS/PP) - que traçou um quadro sobre a situação atual da Turquia, relatando os contactos e as intervenções que foram efetuadas durante a Sessão Anual da NATO em Istambul, e, reconhecendo o retrocesso na ocidentalização da sociedade e as deficiências democráticas do atual regime, considerou que seria importante aceitar o convite, não apenas atendendo às nossas relações com a Turquia, que não se reduzem à NATO, mas também ao facto de os elementos da oposição com quem

falou também terem achado importante que se realizasse a visita, devendo a CDN ir de mente aberta e deixar claro que poderá ver tudo o que quiser e falar com quem entender.

Submetido a votação foi deliberado, com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e os votos contra do BE e do PCP, aceitar o convite da Comissão de Defesa Nacional da Grande Assembleia da Turquia para uma visita, ficando o Senhor Vice-Presidente Miranda Calha de iniciar os contactos nesse sentido.

Seguidamente, o Senhor Presidente sugeriu que o assunto do acidente do avião C 130 fosse agendado para uma reunião, uma vez que depois do envio do relatório das averiguações por parte do Governo, a Comissão ainda não debateu o assunto.

Relativamente ao à utilização da Base Aérea n.º 6, no Montijo, pela aviação civil, o Senhor Presidente propôs também que fosse retomada a discussão no sentido de ser igualmente debatido o relatório enviado pelo Governo e, caso os GP o proponham, ouvir as entidades e personalidades que ajudem a Comissão a perceber o impacto para a operação da Força Aérea, a sua evolução, as consequências futuras e os custos que possam vir a ser suportados pelo Estado.

Abordou-se ainda a questão do Curso de Comandos, estando a Comissão a aguardar a conclusão do inquérito interno aos acontecimentos e não lhe cabendo a apreciação do processo judicial também a decorrer, vê com preocupação a cobertura que tem sido feita pela comunicação social e as “fugas” de informação do processo que têm ocorrido.

A reunião foi encerrada às 17:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 de novembro de 2016.

O PRESIDENTE

(MARCO ANTÓNIO COSTA)

Aprovada na reunião de 13/12/2016

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro
Ascenso Simões
Bruno Vitorino
Diogo Leão
Firmino Pereira
Idália Salvador Serrão
João Rebelo
João Soares
João Vasconcelos
Jorge Machado
José de Matos Correia
José Miguel Medeiros
Luís Pedro Pimentel
Marco António Costa
Miranda Calha
Pedro Roque
Rosa Maria Bastos Albernaz
Rui Silva
Vitalino Canas
Luís Campos Ferreira
Luís Montenegro
Luís Vales
Miguel Santos
Odete João

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Miguel Coelho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Costa Neves
Clara Marques Mendes
Pedro Filipe Soares

Aprovada na reunião de 13/12/2016